

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CURSO DE BACHARELADO EM DANÇA**

KETHLEEN DA SILVA BARROS

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ARTÍSTICO:
NARRATIVAS SOBRE A DANÇA NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

MANAUS

2023

KETHLEEN DA SILVA BARROS

**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ARTÍSTICO:
NARRATIVAS SOBRE A DANÇA NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Dança – Universidade do Estado do Amazonas, como parte dos requisitos necessários á obtenção de título de Bacharelado em Dança.

Orientadora Profa. Dra. Yara dos Santos Costa Passos.

Linha de Pesquisa: Corpo, Contemporaneidade, Produção de Linguagem e Estética na Dança.

MANAUS

2023

KETHLEEN DA SILVA BARROS

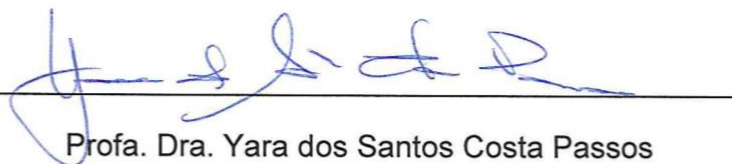
**A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ARTÍSTICO: Narrativas sobre a
Dança no processo de Inclusão**

Este trabalho de conclusão foi julgado adequado para obtenção de Grau de Bacharelado em Dança da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas e aprovado, em sua forma final, pela Comissão Examinadora.

Nota Final: 10,0

Manaus, 28 de março de 2023

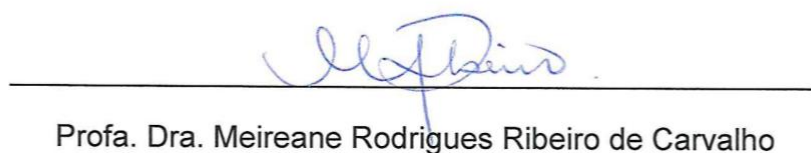
Banca Examinadora:



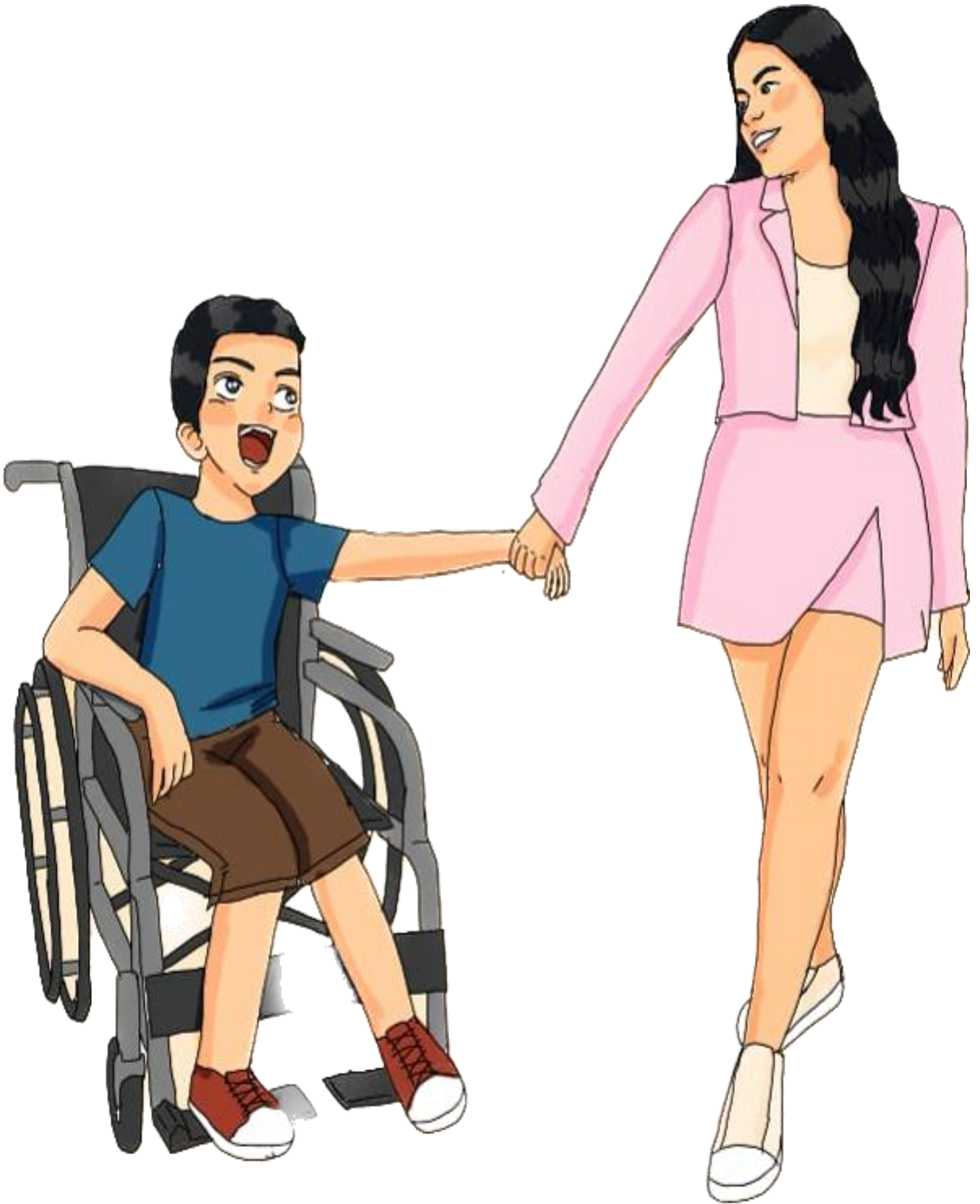
Profa. Dra. Yara dos Santos Costa Passos



Profa. Dra. Marklea da Cunha Ferst



Profa. Dra. Meireane Rodrigues Ribeiro de Carvalho



Dedico esse trabalho ao meu irmão Luiz Felipe Memoria Barros (in memoriam), minha maior inspiração nessa pesquisa. Em meu coração vive todos os momentos com você.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado direção e sabedoria para enfrentar os obstáculos ao longo do curso, também gostaria de agradecer especialmente a minha tia Francilene Memoria que me acompanhou e auxiliou em todo esse processo árduo.

A minha família que sempre proporcionou amor durante toda a minha vida, essencialmente a minha mãe que é minha maior inspiração no qual me ensinou a fazer tudo com dedicação e ao meu pai que sempre acreditou em mim, foram cruciais para entender o espaço e a força que eu precisava para que esse trabalho fosse executado.

Ao meu noivo que me auxiliou e me acompanhou em todos esses anos de curso, contribuindo de forma direta e indiretamente, que sempre me compreendeu nos momentos de ausência e me deu forças para seguir em frente em minha trajetória acadêmica.

Professora Dra. Yara dos Santos Costa Passos é um privilégio poder chama-la de orientadora, e por isso quero expressar minha eterna gratidão pela sua dedicação. Você se dispôs completamente a me ouvir e direcionar, me ajudando a encaixar todos os assuntos importantes em meu trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Foi muito bom dividir e trocar essas experiências que foram essenciais para o resultado final do meu projeto.

Agradeço a Universidade do Estado do Amazonas pelo excelente ensino e por todos os profissionais capacitados, aos professores por todas as correções e ensinamentos. me permitindo o melhor desempenho. Especialmente a professora Dra. Meireane R. R. de Carvalho, que me acompanhou durante meu desenvolvimento como performer, criadora e pesquisadora em processo criativos, através do projeto de extensão Trilhas Cartográficas do Corpo. Agradeço também a professora Dr. Marklea da Cunha Ferst por me proporcionar uma bolsa no projeto de extensão Mais Acesso que me oportunizou trocas de experiencias essenciais.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar duas experiências na área da Dança de artistas com deficiência, observando as contribuições desta linguagem cênica no processo de inclusão destas pessoas no meio artístico. Busca responder: Como a Dança se apresenta no processo de inclusão de pessoas com deficiência nas artes? Os principais autores sobre acessibilidade e inclusão que embasaram tal pesquisa foram Sasaki (1997, 2002), Mantoan (2003) e Moreira (2011), e na área da dança Ribeiro e Carmo (2022). É um estudo de caso com uma abordagem qualitativa, a qual possibilitou apontar, através de análises das narrativas dos artistas, para a desconstrução da ideia limitante das deficiências, entretanto, trata-se de uma construção difícil, onde as barreiras da acessibilidade estão presentes em todos os setores da vida. Além disso, deparam-se com as concepções estereotipadas e hierárquicas do que seria o “corpo que serve para a dança”. E que muitas, vezes, ainda que se tenha o apoio familiar, esta caminhada é longa e cheia de barreiras estruturais e atitudinais na nossa sociedade que reverberam diretamente na Dança.

Palavras-chave: Dança. Deficiência. Inclusão. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research aims to analyze two experiences in the area of Dance of artists with disabilities, observing the contributions of this scenic language in the process of inclusion of these people in the artistic environment. Seeks to answer: How does Dance present itself in the process of inclusion of people with disabilities in the arts? The main authors on accessibility and inclusion that supported this research were Sasaki (1997, 2002), Mantoan (2003) and Moreira (2011), and in the area of dance Ribeiro e Carmo (2022). It is a case study with a qualitative approach, which made it possible to point, through analysis of the artists' narratives, to the deconstruction of the limiting idea of deficiencies, however, it is a difficult construction, where accessibility barriers are present in all walks of life. In addition, they are faced with stereotyped and hierarchical conceptions of what would be the "body that serves for dance". And that often, even if you have family support, this journey is long and full of structural and attitudinal barriers in our society that reverberate directly in the Dance.

Key-words: Dance. Disability. Inclusion. Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO	11
1.1 Aspectos Sociais e Biopsicossocial das Deficiências.....	11
1.1.1 Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física (DF) e Deficiência Sensorial: tessituras e conceitos.....	16
1.2 Acessibilidade e Dança: Contribuições da Dança no Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência.....	20
1.2.1 – Dança e Acessibilidade.....	24
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	27
2.1 Aspectos gerais metodológicos.....	27
2. 2 Pesquisa de Campo.....	38
CAPÍTULO 3 - O DESEMPENHO DA DANÇA NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ARTÍSTICO: AS VOZES DOS SUJEITOS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	45

INTRODUÇÃO

Em um panorama geral sobre a deficiência na dança, pode-se afirmar que a dança tem um papel desencadeador na vida de pessoas com deficiência, principalmente pelo seu potencial poder de transformação individual e social, cujas atividades possibilitam a ascensão de sua condição de atividade física, gerando significação que favorecem o seu desenvolvimento dentro de suas potencialidades.

Nesse aspecto, pode-se destacar que, a Dança contemporânea pode estabelecer uma relação com a inclusão social, pois esta favorece a criação de espaços propícios, com olhar sensível à diversidade de corpos, onde todos que assim almejem dançar, podem participar. Através dela é possível o desenvolvimento de várias potencialidades humanas, como: a comunicação, a expressão, a criatividade, como também a consciência corporal. Entretanto, para que tais potencialidades se desenvolvam é necessária igualdade de oportunidades.

A motivação da escolha do tema da pesquisa e o interesse pela investigação desse fenômeno se deram pela experiência que passei em ter um irmão que nasceu com paralisia cerebral. Ao fazer os acompanhamentos necessários à sua deficiência em consultas, e passar a ter um convívio direto com pessoas com deficiência (PCD), senti a falta de maior acolhimento de PCDs por parte da sociedade de um modo geral. Conseqüentemente, fui sendo convocada para pensar ações que pudessem transformar essa realidade. Acolher uma PCD é de suma importância para o desenvolvimento e bem-estar desses sujeitos.

A questão da deficiência e de um atendimento adequado ficou latente, na ocasião de um estágio, no qual, em certa ocasião foi possível acompanhar uma criança com deficiência na aula de balé, onde as metodologias e o acompanhamento me fizeram refletir sobre a negligência de metodologias coerentes para o acolhimento, acompanhamento e desenvolvimento de suas potencialidades. Após a morte do meu irmão, é essencial falar sobre este tema, como uma maneira de homenageá-lo e até mesmo para fomentar as discussões sobre essa temática.

Essa pesquisa tende a revelar as dificuldades e os enfrentamentos das pessoas com deficiência, reforçando o papel da Dança no desenvolvimento desses artistas com deficiência. Como contribuição visa refletir sobre a relevância da inclusão, assim como seus princípios e desafios, buscando e compartilhando relatos e estratégias que revelam suas nuances.

A Dança se apresenta como uma linguagem artística importante na inclusão desses artistas através de autonomia no processo de criação alcançando a diversidade de corpos. Ribeiro; Carmo, (2021, p.1520) propõe “romper a corponormatividade e considerar as

contribuições do corpo-pessoa com deficiência que já vem promovendo conhecimento na área.” Por isso, compreende-se a necessidade de estabelecer essa relação – Dança e inclusão – considerando a inclusão como um instrumento de oportunidade para a socialização e desenvolvimento, que deve ser praticada em todas as áreas da sociedade.

Assim, tendo em vista a contribuição da Dança na promoção e ampliação das potencialidades corporais e cognitivas esta pesquisa se desvela em torno da seguinte problemática: Como a Dança se apresenta no processo de inclusão de pessoas com deficiência no meio artístico?

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar duas experiências na área da Dança de artistas com deficiência, observando as contribuições desta linguagem artística no processo de inclusão destas pessoas. Cujos específicos visam respectivamente: Compreender os conceitos acerca da deficiência intelectual (DI), da deficiência física (DF) e da deficiência sensorial; investigar as contribuições da linguagem da dança no processo de inclusão de dois artistas com deficiência; Discutir os processos criativos e procedimentos de adaptação técnica, teórica e artística dos dois artistas com deficiência participantes da pesquisa;

Sua organização está elencada em três capítulos: No primeiro capítulo apresenta-se os conceitos e discussões sobre a inclusão e as deficiências em seus aspectos sociais, médicos e biopsicossocial, além disso, discussões sobre as contribuições da linguagem da dança no processo de inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando a importância e o papel da dança no desenvolvimento integral dos sujeitos, independente de suas deficiências.

No segundo capítulo apresenta a metodologia desenvolvida na pesquisa, pontuando os aspectos gerais metodológicos, os instrumentos utilizados para a pesquisa de campo, os procedimentos utilizados para análise de dados, o local que foi desenvolvido a pesquisa, a auto descrição e especificidade dos artistas participantes da mesma.

No terceiro capítulo são discutidos, por meio das falas dos sujeitos da pesquisa, o papel e a importância da Dança na inclusão de pessoas com deficiência no contexto da Dança brasileira, bem como os processos de adaptação, as interações sociais e os desafios e conquistas proporcionadas por esta atividade artística.

Ao final, apresenta-se como resultado em processo desta pesquisa, a guisa de Considerações Finais, uma síntese do trabalho desenvolvido na abordagem bibliográfica e na reflexão daí proveniente, apontando possibilidades de continuidade desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Aspectos Sociais e Biopsicossocial das Deficiências

Nesse espaço cabe destacar algumas questões conceituais e terminologias referentes às deficiências, observando os aspectos referentes às interações sociais e as potencialidades das pessoas com deficiência. Bem como, discutir e contextualizar as políticas de inclusão no contexto escolar, como forma de refletir sobre a complexidade da inclusão social mais ampla, tendo a escola como lugar de inclusão/exclusão que reflete na sociedade suas potencialidades e fragilidades.

A inclusão social é uma soma de atividades que atua contra a discriminação e preconceito enraizados na sociedade, estimulando o abandono de comportamentos que, muitas vezes, se apresentam de forma inconsciente, na direção de ações que não condizem com uma atuação democrática. As reflexões aqui apresentadas são alvo de pesquisas recentes, já que a inclusão é um fato social que vem ganhando notoriedade na história mundial.

Nesse sentido, é comum falar da inclusão na perspectiva educacional como a metodologia do professor, a estrutura física da escola, ações pedagógicas, leis, entre outros. Entretanto, há outro viés para se olhar a inclusão, que se refere à perspectiva social.

Para atingir os objetivos propostos, buscou-se fundamentar este capítulo em estudos de trabalhos publicados de teóricos como, Matos (2013) cuja pesquisa se faz pensar com mais amplitude os processos educacionais numa vertente social; Carneiro (2012) que mostra na letra da lei a importância da educação inclusiva face à vida social; Carvalho (1997) que aponta a educação inclusiva como um processo que só existe devido a exclusão social, entre outros autores renomados que contribuem para fomentar o fenômeno levantado.

A educação inclusiva vem sendo objeto de constantes debates, pesquisas e estudos, em especial, nas últimas décadas do século XX, onde o direito de todos à educação foi debatido de uma forma mais integral que nos anos anteriores. A necessidade de constituir uma escola em que a prática educativa seja estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, foi discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais.

Em contrapartida pouco ou quase nada se discutiu sobre os prejuízos sociais ao ser negado aos cidadãos o direito de estar na escola. Para tanto, iniciaremos explanando a educação inclusiva na forma da lei, alguns conceitos de educação inclusiva e quem é o aluno que necessita

de uma educação especial, fazendo uma abordagem de forma contextualizada e reflexiva sob o aspecto social.

As discussões acerca da inclusão evidenciaram-se em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca na Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem".

O movimento pelo reconhecimento político e social das pessoas com deficiência, ganha notoriedade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Nova Iorque, 2006), aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas, 2007) e ratificada pelo Brasil (2008), que assegura a essas pessoas o princípio da dignidade humana. Anteriormente reafirmado na Declaração universal dos direitos Humanos (1948).

Entretanto, vale destacar que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 à Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, estão garantidos os direitos de igualdade das pessoas com deficiência de forma que não haja nenhuma forma de discriminação, restrição ou exclusão em qualquer setor da sociedade, incluindo a Cultura que também é um direito de todos os brasileiros.

Carvalho (1997, p. 79) descreve os alunos que necessitam de atendimento educacional especial, quando enfatiza:

Seria oportuno considerar a educação especial como conjunto de recursos e serviços educativos que, na escola ou fora dela, podem contribuir para o processo de aprendizagem de alunos que, por inúmeras causas endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes apresentam necessidades educativas especiais [...]

Nessa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, em seu Art. 4º, ressalta que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação (BRASIL, 2015). A inclusão social é entendida por Sasaki (1997, p. 3) como:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar

problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A educação inclusiva é uma ação que visa compreender e aceitar o diferente, o outro, na sua singularidade (MATOS, 2013). Significa agregar ações e meios para acolher todos e a cada um dos alunos de modo a suprir as suas necessidades de aprendizado.

Em contrapartida, Carneiro (2012) enfatiza que ao contrário da tão somente integração, a inclusão, implica em uma nova perspectiva educacional que tradicionalmente nos foi apresentada, uma vez que se dirige a todos os alunos de forma a não os discriminar.

Sob essa ótica, a inclusão possibilita maior equidade e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades inclusivas. Fazer inclusão significa desejar e realizar alterações profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma comutação capaz de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade (MATOS, 2013).

Para que todos tenham a possibilidade de alcançar o seu desenvolvimento é necessário trabalhar e sustentar-se na compreensão humana. Compreensão como arte de viver na aceitação sem esperar reciprocidades. “Se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas” (MORIN, 2001, p. 100).

Dessa forma, a inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão e propondo ações que garantam o acesso de todos que apresentem qualquer tipo de dificuldade. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado na sociedade brasileira reforçada por suas instituições, e, com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados, cujo potencial a ser trabalhado limita-se à própria condição de sua deficiência.

Essa análise aponta para a problemática da discriminação, que representa uma lacuna a ser preenchida dentro da sociedade, uma vez que comumente é responsabilizado o próprio sujeito por sua condição, desse modo são rejeitados muitos fatores como propulsores de uma segregação social, como: fatores sociais, econômicos, culturais.

Mas, o maior desafio da sociedade na contemporaneidade é o de formar cidadãos conscientes e capazes de aprimorar, adquirir e reconstruir o seu conhecimento, sabendo que cada sujeito é único, submetidos a condições desiguais. Que sejam capazes de motivar, estimular e acreditar no ser humano e na formação profissional para a pesquisa e a reflexão.

Como afirma Tardif (2002, p. 34):

Entretanto, na medida em que a produção de novos conhecimentos tende a se impor como um fim em si mesmo e um imperativo social indiscutível, e é o que parece ocorrer hoje em dia, as atividades de formação e de educação parecem passar progressivamente para o segundo plano. Com efeito, o valor social, cultural e epistemológico dos saberes reside em sua capacidade de renovação constante, e a formação com base nos saberes estabelecidos não passa de uma introdução às tarefas cognitivas consideradas essenciais e assumidas pela comunidade científica em exercício [...].

Dessa forma, o processo inclusivo é frágil e falta o imaginário da aceitação do diferente por parte da sociedade e também dos governantes que a regem. Como também, existem lacunas no processo de formação profissional e nas atividades pedagógicas diferenciadas. As inovações (“sair da caixinha”) muitas vezes, resultam de iniciativas solitárias de alguns profissionais que não se limitam aos planejamentos institucionais, uma vez que, muitas vezes, não há um compromisso coletivo da comunidade com o processo inclusivo.

Entretanto, nessa concepção fica a preocupação de uma possível utopia, já que na prática há uma estrutura pedagógica acostumada e criada como forma seletiva e segregadora. Portanto, é importante enfatizar que a diversidade de ideias e de práticas da educação inclusiva cria uma confusão de significados e sentidos que conseqüentemente geram uma resistência pôr em prática o processo inclusivo de modo a não incluir para excluir.

A partir dessas considerações pode-se dizer que a inclusão tornar-se-á uma realidade vivenciada na realidade quando todas as ações públicas e sociais estiverem voltadas diretamente à articulação do ensino/aprendizagem para a sua promoção e efetivação, superando os déficits materiais, estruturais e financeiros junto às escolas para a promoção educacional de todos os alunos de forma indiscriminada, mas não tão somente privilegiando os conhecimentos acadêmicos, e sim uma efetiva educação capaz de levar esses alunos a conviverem de forma harmônica em sociedade.

Nesse sentido, é preciso o olhar para o sujeito como ser único, dentro de suas relações sociais. Contudo, é necessário respeitá-los em seu ambiente, para que haja a sua interação com a aprendizagem sem deturpar o seu verdadeiro significado, bem como, o modo como é conduzida na prática pedagógica, oportunizando o seu desenvolvimento integral. Portanto, não há aquele que não aprenda, e, sim barreiras que o processo pedagógico deve remover para a construção da aprendizagem através da troca de conhecimentos que privilegiem as diversas necessidades educacionais, e isso só será possível se os profissionais buscarem um maior vínculo entre teoria e prática através de um olhar reflexivo e investigativo dos processos

pedagógicos, visando uma maior compreensão dos fenômenos que impedem a melhoria da prática do ensino (CARVALHO, 2011).

A exclusão se manifesta de várias maneiras e sempre de forma perversa, pois a pessoa aprendiz constantemente é tida como a culpada por sua ignorância ao não atender aos padrões de cientificidade impostos pelo saber escolar. E isso se deve ao fato de a escola ter se democratizado ao dar espaço a novos grupos sociais, mas veio desacompanhado de novos conhecimentos (MANTOAN, 2003).

Mais que isso, falar em inclusão significa a mudança de concepção de educação em nossa sociedade, pois ninguém deve ser ensinada em instituições pré-definidas para cada necessidade seja física, social ou cultural, isso porque, a separação evidencia ainda mais as dificuldades apresentadas pelos alunos.

Para Mantoan (2003, p. 10):

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas.

Como discutido anteriormente, há uma construção de pensamentos e ações que demonstram uma diástase de paradigma na educação. Para tanto, é necessário que se entenda que a educação institucionalizada tem um caráter individualista, muitas vezes, inerte aos conflitos sociais, cuja solução desse problema seria uma maior conscientização crítica dessa situação.

Para que o processo de integração possa ocorrer de fato, de forma a desenvolver potencialidades individuais, há que se deixe de privilegiar a hegemonia e a primazia dos conteúdos acadêmicos que despreza os processos de ressignificação do papel do ensino e da aprendizagem (professor, conteúdo e aluno), em prol de uma educação condizente com as necessidades e desenvolvimento de cada um, independentemente de terem ou não deficiência. Diante dessas afirmações, considera-se necessário apontar, nesse estudo, aspectos que precisam ser revistos, como a metodologia e o próprio conceito de deficiência.

Esta breve introdução deste capítulo buscou apresentar aspectos legais e educacionais a respeito das pessoas com deficiência. Entende-se que é impossível promover transformação comportamental, atitudinal e estrutural da sociedade, se não modificarmos as formas de se

pensar todos os processos de formação do cidadão. A complexidade necessária para perceber e refletir sobre o artista com deficiência na dança envolve a vida como um todo.

1.1.1 Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física (DF) e Deficiência Sensorial: tessituras e conceitos

Neste espaço é essencial discutir os conceitos médicos e biopsicossocial das deficiências, como a Deficiência Intelectual (DI); Deficiência Física (DF) e Deficiência Sensorial. Nessa direção, é importante esclarecer que os termos que definem a deficiência foram sofrendo modificações conforme a sociedade foi se transformando. Assim, ocorre com as terminologias utilizadas para definir a pessoa com deficiência. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente, quando se trata de pessoas que apresentam alguma deficiência, o termo adequado a ser utilizado é Pessoa com Deficiência, que foi definido pela comunidade de pessoas com deficiência. Este termo foi aprovado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Assembleia Geral da ONU em 2016.

De acordo com o último Censo Demográfico realizado no Brasil (IBGE, 2010) cerca de 45.623.910 pessoas, 23,9% da população brasileira, refere algum tipo de deficiência. Segundo este censo, mais de 13 milhões de pessoas apresenta deficiência motora, o que corresponde a 6,95% da população do país. No sexo masculino a prevalência aparece em 5,33%, num total de 5 milhões de homens. A deficiência física é afeta 9,75%, das mulheres, o que representa 8 milhões desta população, portanto mais significativa no sexo feminino.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela ONU, prevê em seu Art. 1º que as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2016).

Mais ainda, o Decreto Nº 6.949, de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, reafirma a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação.

De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, em 1997 a Organização Mundial da Saúde (OMS), rerepresentou uma nova Classificação Internacional

com um novo título e novas conceituações. Agora denominada Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação: um manual da dimensão das incapacidades e da saúde (CIDDDM-2), o documento fixa princípios que enfatizam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades, ao invés da valorização das incapacidades e das limitações.

O CIDDDM-2 concebe a deficiência como uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais. Já a atividade está relacionada com o que as pessoas fazem ou executam em qualquer nível de complexidade, desde aquelas simples até as habilidades e condutas complexas. A limitação da atividade, antes conceituada como incapacidade, é agora entendida como uma dificuldade no desempenho pessoal.

A raiz da incapacidade é a limitação no desempenho da atividade que deriva totalmente da pessoa. Entretanto, o termo incapacidade não é mais utilizado porque pode ser tomado como uma desqualificação social. Ampliando o conceito, essa Classificação Internacional inclui a participação, definida como a interação que se estabelece entre a pessoa com deficiência, a limitação da atividade e os fatores do contexto socioambiental (BRASIL, 2010).

Como afirma Sasaki (2002, p. 01), “a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências”. Essa nova perspectiva aponta para um marco significativo na evolução dos conceitos, em termos filosóficos, políticos e metodológicos, na medida em que propõe uma nova forma de se encarar as pessoas com deficiência e suas limitações para o exercício pleno das atividades decorrentes da sua condição. Por outro lado, influencia um novo entendimento das práticas relacionadas com a reabilitação e a inclusão social dessas pessoas.

Por muitos anos, os sujeitos que apresentavam alguma deficiência de locomoção, fala ou cognitiva, eram tratados, na maioria das vezes, com muito preconceito onde muitas vezes, era apartado da sociedade. A concepção de que seriam incapazes de exercerem uma atividade ou ocupar uma função no mercado de trabalho acabou dando espaço para a criação de estereótipos, que por sua vez, limitou ações eficientes e eficazes capazes de integrá-los como sujeitos detentores de direitos sociais e políticos.

É necessário, contudo, caracterizar as deficiências através de seus conceitos. Moreira (2011) conceitua “deficiência” como perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Um exemplo disso é a deficiência intelectual (DI) que por muitos anos foi definida erroneamente como retardo mental, isso

porque, “até a década de 70, as deficiências eram definidas e classificadas de acordo com o modelo médico, considerando a tríade: etiologia/patologia/manifestações” (MOREIRA, 2011, p. 35).

Nas normativas internacionais, em favor das pessoas com deficiência, o documento resultante da Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência – 1999, também conhecida como Convenção de Guatemala define assim o termo “deficiência”: significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (CARVALHO, 1997).

Vale ressaltar que, a inclusão social se revela quando suas ações alcançam a todos, abrindo espaços, principalmente, para àquelas pessoas com deficiência ao desenvolver uma pedagogia centrada no sujeito, respeitando suas especificidades e singularidades. Ainda que, alcançar este objetivo seja um grande desafio, a realidade brasileira exige que se busquem maneiras para integração de todos, garantindo-lhes uma convivência participativa.

Ainda de acordo com Moreira (2011), a IX Assembleia da Organização Mundial de Saúde, apresentou uma nova conceituação, publicada na Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (PORTUGAL, 1989). Portanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a deficiência intelectual (DI), é definida como uma capacidade significativamente reduzida de compreender informações novas ou complexas e de aprender e aplicar novas habilidades (inteligência prejudicada).

Dentro da nomenclatura científica a DI, que é registrada na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), pode acontecer acompanhada por outros transtornos mentais ou anomalias físicas ou mesmo ocorrer isoladamente, sendo o único sinal presente em uma determinada pessoa. Sua característica principal se apresenta, por alterações, ainda durante o período de desenvolvimento de suas funções cognitivas, de linguagem, habilidades motoras e capacidade social e que tem um efeito duradouro sobre o desenvolvimento (World Health Organization, 2010).

De um modo geral, a DI é uma deficiência que apresenta déficits cognitivos de forma paralela ao funcionamento adaptativo do sujeito, comprometendo principalmente a comunicação, as habilidades, a autonomia do dia a dia, as relações sociais/interpessoais, entre outras. Ou seja, comprometendo as habilidades mentais gerais que estão ligadas à inteligência, atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamento.

Portanto, a DI se caracteriza pela limitação de habilidades essenciais que promovem a comunicação, coordenação, equilíbrio, no desempenho de autocuidado. Assim, a aprendizagem do sujeito com DI é um processo complexo que demanda um conhecimento profundo sobre essa deficiência, para que se possam criar estratégias para um ensino/didático eficiente.

Já a DF relaciona-se à mobilidade, visão, audição e cognição, como descreve a seguinte afirmação:

Deficiência física é parte das deficiências. As acepções mais atualizadas sobre os domínios das deficiências elencam quatro elementos como essenciais, padronizando a linguagem, para possibilitar a comparação dos diversos países; são eles: mobilidade, visão, audição e cognição (NOGUEIRA, et.al, 2016).

Mantoan (1989, p.161), reforça essa questão ao afirmar que:

Ao considerar o deficiente mental a partir do que ele é capaz de ser, de fazer, de enfrentar, de assumir como pessoa, revelam-se a todos nós e a ele próprio possibilidades que se escondiam, que não lhe eram creditadas, por falta de oportunidades de emergirem espontaneamente. Os pais, professores, especialistas e a sociedade em geral terão clarificados os quadros de deficiência mental, na medida em que derem um crédito de confiança para competência e o desempenho dos deficientes, no dia-a-dia da casa, nos estudos, no esporte, no lazer, nas atividades culturais e religiosas. É preciso, a um só tempo, reconhecer a especialidade e a generalidade de cada aluno e, nesse sentido, a educação tem muito ainda a realizar.

Cabe destacar que vários modelos foram criados para definir a deficiência. Os principais modelos reconhecidos pela comunidade científica e acadêmica são o modelo médico; o modelo social e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.

De acordo com a classificação da CIF (FERST, 2020), a deficiência é um fenômeno multidimensional resultante das interações entre as pessoas e seu ambiente físico e social. Nesta abordagem, a deficiência é compreendida não tão somente pelos fatores biológicos, mas também como resultado das relações dos indivíduos no ambiente em que vivem e de como se dão suas interações sociais. Como nos explica Padilha- Munõz (2010, p. 407):

Este modelo é baseado na interação de uma pessoa com deficiência e seu ambiente. O funcionamento de um sujeito é uma interação complexa entre o seu estado ou condição de saúde (física e mental) e fatores ambientais [...] este modelo situa a deficiência como um problema da sociedade e não como uma característica da pessoa. Nisto é necessário integrar os modelos físicos, psicológicos e sociais como uma visão universal da deficiência; classificar e medir a deficiência e usar linguagem universal, neutra e positiva ao definir e classificar a deficiência.

Essas análises apontam para o fato de que é preciso mudar a concepção da visão voltada apenas para os sujeitos, cujas habilidades físicas e cognitivas correspondam a um padrão de desenvolvimento. É necessária uma maior preocupação com as adequações metodológicas de ensino, curriculares, bem como, adaptações físicas, e que a instituição estabeleça parcerias com outras áreas como da saúde e social.

Mais ainda, para que a inclusão seja uma realidade, é necessária que realmente haja uma educação diferente da tradicional, como destaca a seguinte fala:

Essa reviravolta exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes — iguais X diferentes, normais X deficientes — e, em nível pessoal, que busquemos articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações e sentimentos. Essas atitudes diferem muito das que são típicas das escolas tradicionais em que ainda atuamos e em que fomos formados para ensinar (MANTOAN, 2003, p. 14).

Como visto anteriormente, a inclusão é entendida como uma tentativa de atender às dificuldades de desenvolvimento integral (habilidades físicas e cognitivas), entretanto, essas discussões ultrapassam o espaço da educação formal que a escola regular desenvolve. Entende-se, portanto, a Dança, como objeto do presente estudo, como um espaço informal de aprendizagem, pois assim como discutido em relação ao espaço escolar, as atividades desenvolvidas pela Dança buscam meios de assegurar que os sujeitos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros. Em outras palavras: que todos sejam cidadãos de direito, bem-vindos e aceitos.

1. 2 Acessibilidade e Dança: Contribuições da Dança no Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência

O ser humano sente a necessidade de se expressar corporalmente desde os tempos remotos, pois foi assim que produziu suas primeiras manifestações. Muitos historiadores relatam fatos que demonstram os gestos e expressões humanas através dos desenhos encontrados nas paredes, como a arte rupestre. Portanto, ao falar de expressões humanas, pode-se pensar nas diversas formas de pôr em prática a linguagem não verbal, tendo a Dança e das artes cênicas como expressões de linguagens. É possível desenvolver formas de aprendizados acerca de qualquer tipo de assunto aos quais os sujeitos se propõem a aprender.

Neste sentido Ferreira (2005, p.11) reforça essa questão ao afirmar que:

Num país onde a diversidade cultural tem na Dança uma de suas expressões mais significativas, constituindo um amplo leque de possibilidades de aprendizagem, não se concebe a não inclusão desta modalidade como fator de fundamental importância nas escolas brasileiras.

A pessoa age conforme suas emoções, sendo o corpo a própria manifestação de suas atitudes, desse modo, para cada gesto e ações há uma expressão, seja ela qual for, como através de sentimentos ou a simples necessidade de se comunicar. Assim é válido ressaltar que desde que nascemos nos expressamos por meio do movimento gestual, e isto antecede o ato de falar.

Hass e Garcia (2008) discutem essa questão ao afirmarem que a educação aplicada por meio da expressão corporal tende a desenvolver as manifestações naturais e expressões diferentes. Isso pode ser possibilitado por meio de ritmo, da dança propriamente dita, mantendo uma relação do sujeito corpo e o mundo, pois essas manifestações espontâneas não buscam exclusivamente a simetria estética e o virtuosismo, mas reconhecem as diferentes formas criativas/expressivas.

De acordo com Nanni (1989, p. 41) “a Dança como arte, é uma atividade humana que resulta de uma elaboração dentro de uma determinada cultura e estabelece íntima e estreita relação com a mesma, pois está em sintonia com os conceitos existentes dentro dela”. Dessa forma, o processo criativo legitimado pela Dança é um substancial alimento para o espírito, cooperando com o desenvolvimento das potencialidades do homem, favorecendo o desenvolvimento das suas dimensões humanas (cognitiva, social, espiritual e emocional).

Dessa maneira, a Dança como veículo de expressão e comunicação, reflete os movimentos sociais, podendo desvelar sentidos simbólicos e reais e significados históricos e contemporâneos. Na perspectiva de como realizar práticas inclusivas, de forma a desenvolver as potencialidades humanas, busca-se também a equidade do ensino para todos os sujeitos, independentemente de sua deficiência.

Segundo Matos (2013, p. 49):

As diferenças resultantes de características físicas étnicas, culturais ou socioeconômicas são imediatamente visíveis e evidentes, o mesmo não se poderá afirmar das características cognitivas, ou seja, o estilo, o ritmo e os percursos preferenciais de aprendizagem ou tempo necessário para aprender e os modos eficazes de o fazer.

O profissional da Dança tem um papel essencial nessa construção linguística e corporal de aprendizagem, pois suas competências e habilidades lhes permitem desenvolver um trabalho significativo que possibilitem o alcance da qualidade de vida, da produção, do exercício crítico da cidadania, e, principalmente apresentam conhecimentos fundamentais que externam o seu compromisso social.

De acordo com o sociólogo francês Durkheim (1999), existem dois tipos de solidariedade: a mecânica (solidário entre os seus pares) e a orgânica (reconhece que todos são iguais). Nessa perspectiva, a solidariedade aqui deve ser entendida para além do seu sentido epistemológico, englobando assim, a sua representação etimológica, sua origem a partir do termo francês *solidarité* que também pode significar “responsabilidade recíproca”. Isso porque a solidariedade não significa apenas reconhecer a situação vulnerável de uma pessoa ou grupo social, mas também consiste no ato de ajudá-las a sair dessa situação delicada.

A Dança é um elemento fundamental a ser trabalhado com as pessoas, pois ela potencializa as individualidades de cada um, trabalhando, concomitantemente, corpo físico e mente de modo integral. A Dança, quando bem explorada permitirá que os alunos vivenciem e reconheçam aspectos da cultura popular como parte de suas histórias e do seu meio. Mais ainda “[...] aprenderão enfrentar os preconceitos muitas vezes impostas pela sociedade, pelas limitações quanto aos seus corpos, sua autoimagem e seu esquema corporal” (LEVY, 1998, p.123).

Para alcançar os objetivos propostos pela Dança, principalmente acerca do reconhecimento das vivências e da exploração corporal, é preciso estabelecer relações adequadas, para fugir de reproduções de Danças comumente estabelecidas que, muitas vezes, podem ser alienantes e opressoras. As orientações didático-pedagógicas devem ser comprometidas com a realidade sociocultural brasileira, as quais permitem as mais diversas manifestações culturais.

Como destacado pelas pesquisas de Laban (1990) a partir de um estudo aprofundado e detalhado sobre o movimento humano reforça que a Dança não é somente uma ferramenta metodológica, mas, essencialmente, de educação na Dança. Isso implica dizer que educar-se em Dança significa conhecer e apropriar-se corporalmente da linguagem corporal e não somente reproduzir seus estilos, códigos, passos, princípios anatômicos e cinesiológicos.

Em si tratando da contribuição da Dança para o desenvolvimento do corpo e da cognição, “[...] na contemporaneidade, a dança permite cada vez mais a convivência de corpos diversos, enfraquece arraigadas imposições culturais aos atributos de que esse corpo precisa,

do tipo perfeito ou imperfeito, belo ou grotesco, hábil ou deficiente” (SANTOS; GUTIERREZ; ROBLE, 2018, p. 273).

Ainda que existam várias construções semânticas sobre as deficiências que levam a diferentes entendimentos como a dimensão médica, por exemplo, por vezes, cultuada no processo pedagógico, é importante, destacar as dimensões sociais e históricos culturais, como forma de compreender as características da pessoa com deficiência, como reforça a seguinte afirmação:

Por isso propomos —aleijar a Dança por uma perspectiva que rompa com a corponormatividade e considere as contribuições que o corpo-pessoa com deficiência já vem promovendo na construção de novos conhecimentos na área. Aleijar a Dança, portanto, trata-se de compreender as características da pessoa com deficiência que dança na produção de conhecimento na área, as marcas físicas, sensoriais, cognitivas na construção da própria Dança, sem recorrer a metodologias ou práticas que utilizam a normatividade como única referência. Aleijar a Dança também é recorrer aos referenciais de artistas e pesquisadores/as com deficiência que muito já tem produzido nesse campo (RIBEIRO; CARMO, 2021, p. 1520).

Nessa perspectiva, a Dança no meio artístico, precisa ser mais valorizada e seus resultados amplamente divulgados, pois como afirma a seguinte opinião:

Muitas vezes, a dança para pessoas com deficiência é desenvolvida de forma recreativa, concentra-se na criatividade e diversão, em vez de focar no desenvolvimento de uma técnica específica ou nas possibilidades da expressão artística. Por isso, há uma lacuna evidente na disposição entre a participação recreativa e profissional. Isso sugere que as pessoas com deficiência não têm acesso à formação em dança, ou que elas são excluídas dessa prática (SANTOS; GUTIERREZ; ROBLE, 2018, p. 274).

Assim, com o seu compromisso ético-social com a transformação social, pode-se afirmar a necessidade de se pensar a inclusão social numa visão reflexiva, uma vez que, esta só acontece de fato quando se compreende o seu real significado e o seu sentido, não somente do ponto de vista do compromisso social, mas principalmente, o que significa para o desenvolvimento dos sujeitos enquanto ser social. O que reforça a indispensabilidade de criar as condições apropriadas, provendo meios e formas de acompanhamento do processo pedagógico que respeitem as possibilidades de expressão do potencial de cada sujeito, conseguindo mostrar suas qualidades e sendo reconhecido pelo que tem de positivo e não por suas limitações, com adaptações qualquer pessoa pode praticar a Dança.

1.2.1 – Dança e Acessibilidade

A acessibilidade é a condição do indivíduo de participar de todos os setores da sociedade, sem barreiras físicas ou simbólicas que impossibilitem seu acesso ou participação, dadas às suas limitações físicas ou cognitivas. A acessibilidade ao tempo em que, é um direito de todos, ela é também um dever do estado. O Decreto nº 5.296, descreve a acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

A Constituição Federal, prevê a igualdade material entre todos os sujeitos, sendo de responsabilidade do Estado, elaborar políticas públicas de inclusão das minorias que se encontram em situações desiguais, sejam elas econômicas, sociais, ou por terem deficiência física ou cognitiva, capazes de criar condições para que todos tenham uma convivência em sociedade de forma igualitária. Como prega o Artigo 5º (BRASIL, 1988) “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Sasaki (2009), aponta seis tipos de acessibilidade correspondentes aos campos do lazer, do trabalho e da educação, que devem ser observados, são eles: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

1. A acessibilidade atitudinal diz respeito à percepção do outro sem estereótipos, estigmas, preconceitos, ou qualquer tipo de discriminação.

2. A acessibilidade arquitetônica ou estrutural refere-se à eliminação das barreiras ambientais físicas nos ambientes internos e externos, como também, nos espaços e equipamentos urbanos.

3. A acessibilidade nas comunicações é a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

4. A acessibilidade instrumental diz respeito à eliminação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).

5. A acessibilidade metodológica ou pedagógica é a eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas de ensino e que está relacionada aos campos do lazer, da educação e do trabalho.

6. Acessibilidade programática refere-se à eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras estas que se apresentam implicitamente, mas que na prática impedem ou dificultam para certas pessoas a utilização dos serviços de lazer.

Como nos esclarece Sasaki (2009, p. 02) “a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência”.

Nesse sentido, a linguagem da dança oferece mais possibilidades de acessibilidade para pessoas com deficiência, contribuindo, a partir dos movimentos cênicos, seus processos formativos e composições estéticas para o desenvolvimento de todos os envolvidos.

De um modo holístico, podemos dizer que a dança causa uma representatividade social, pois transmite sentidos ao tempo que determina e gera outros sentidos para a dança e a deficiência. É comum as pessoas com deficiência se reconhecerem na dança, reconhecerem o seu papel na sociedade. A sua representação pode ser um elemento de equilíbrio social para as pessoas com deficiência, bem como de transformação pessoal e social (SANTOS; GUTIERREZ; ROBLE, 2019, p. 273).

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2011), reforça que essas pessoas precisam ter assegurado o seu direito ao viver em sociedade de forma independente, garantindo-lhes a sua participação em todos os aspectos da vida, devendo os signatários desta Convenção tomar as medidas efetivas que assegurem às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, plena acessibilidade física, comunicacional, e informacional, incluindo sistemas e tecnologias de comunicação e informação e todo e qualquer serviço em ambientes e instalações de uso comum. Cabendo-lhes identificar e eliminar barreiras que impedem à acessibilidade.

Portanto, a acessibilidade na dança atende os preceitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a qual busca a promoção do direito pelas condições de igualdade, defendendo o uso da acessibilidade em todos os locais e ambientes internos e externos da vida em sociedade, tal como o uso de tecnologias que permitem a inclusão social

da pessoa com deficiência, a promoção do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, promovendo assim, o apoio à acessibilidade cultural.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Para desenvolver as análises da presente pesquisa, a metodologia utilizada teve grande relevância para a compreensão das etapas de construção e discussão da problemática destacada. A metodologia é o alicerce para que o pesquisador siga procedimentos exigidos de uma pesquisa científica. Gil (2002, p. 162) conceitua a Metodologia em um estudo científico como “[...] procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa, sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa.”

2.1 Aspectos gerais metodológicos

A abordagem qualitativa foi a opção escolhida, pois possibilita o acesso a diferentes pesquisas e meios para se obter todas as informações necessárias para o alcance dos objetivos propostos, uma vez que objetivo geral desta pesquisa, é analisar duas experiências na área da Dança de artistas com deficiência, observando as contribuições desta linguagem artística no processo de inclusão destas pessoas.

Diante da temática e do referencial teórico alicerçado, acredita-se que o uso da abordagem qualitativa da pesquisa foi fundamental para buscar respostas reais para os problemas levantados durante a estruturação do trabalho. Para Minayo (2010, p. 57), a pesquisa qualitativa “[...] se aplica ao estudo da história, das relações das representações, das crenças, das percepções, das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...]”.

A natureza da pesquisa foi classificada como aplicada, tendo em vista que os conhecimentos elencados foram frutos de uma aplicação prática e imediata, realizada com dois artistas de dança PCDs, envolvendo assim um recorte específico de estudos.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 51) a pesquisa aplicada além de “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”, está relacionada aos interesses locais, que coaduna com a realidade atual da dança na própria Universidade do Estado do Amazonas (UEA), uma vez que, pela primeira vez teremos um aluno cadeirante no Curso de Dança, que já completou mais de duas décadas de existência.

Com base na temática “A pessoa com deficiência no meio artístico: Narrativas sobre a dança no processo de inclusão”, a pesquisa também se configura como descritiva. Gil (2002, p. 42) afirma que “[...] as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar

as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Dessa forma, a pesquisa descritiva permitirá maior familiaridade com o problema, no objetivo de torná-lo explícito ou de construir hipóteses sobre ele.

Trata-se de um procedimento de Estudo de Caso, com o objetivo de analisar as contribuições da Dança no processo de inclusão social de duas pessoas com deficiência no meio artístico. Nesse sentido, considera-se que este procedimento é o meio mais adequado de compreender os processos intrínsecos, complexos e peculiares à problemática do presente estudo. De acordo com Yin (2005, p.32), o estudo de caso é definido como “[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos [...]”.

Cabe destacar que, conforme referenciado, para a análise do contexto da inclusão social e da educação especial frente à educação brasileira utilizar-se-á um levantamento documental estruturado inicialmente a partir dos seguintes instrumentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996); Política Nacional de educação especial, (BRASIL, 1994); Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (BRASIL, 1997). Dessa forma, esses elementos nortearão a busca por uma maior aproximação com nosso objeto de estudo, a Dança e a inclusão social.

A pesquisa documental, importante para esta pesquisa, permite a elaboração das análises e interpretações da legislação pertinente às leis de inclusão no Brasil e suas relações com prática concreta do dia a dia. De acordo com Gil (2002, p. 46) “[...] há de se considerar que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa [...]”.

2.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa iniciou-se no mês de janeiro, tendo como público-alvo, dois artistas. Os sujeitos da pesquisa são dois Artistas com deficiência. O Artista 1 é adulto, hétero, tem pele clara, cabelo preto e olhos escuros, usa óculos e estava com uma blusa e calça azul, estava em uma cadeira de rodas preta, é uma pessoa com deficiência física. O Artista 2 é adulto, hétero, tem pele parda e barba curta, altura média, cabelos castanhos ondulado na altura do ombro, estava com uma blusa preta e uma bermuda branca, é uma pessoa com deficiência auditiva. Para fim de manter a singularidade e especificidade dos sujeitos envolvidos no âmbito dessa

pesquisa, cada sujeito foi denominado como Artista 1 e Artista 2.

Vale ressaltar que no percurso das escolhas destes dois artistas, foi investigado espaços que trabalham com PCDs em Manaus, e ao conversar com a supervisora de uma instituição que possui artistas com deficiência e enviar o termo de consentimento para realizar a pesquisa nesta instituição, não obteve-se resposta da mesma dentro do prazo definido para a pesquisa de campo.

Partindo para uma busca nas redes sociais, deparamos com um artista cadeirante, e ao se apresentar a pesquisa através da plataforma Instagram, o artista demonstrou interesse em participar da mesma. O segundo artista foi conhecido através de uma live, realizada pelo projeto de extensão da UEA, “Mais Acesso”, e ao obter o contato desse artista com a coordenadora do projeto, obteve resposta positiva para participação.

A entrevista semiestruturada foi realizada com o primeiro artista na Universidade do Estado do Amazonas na Escola Superior de Artes e Turismo onde foi reservada uma sala. Ao chegar no local o Artista 1 não se sentiu confortável para fazer a entrevista na sala reservada sentindo-se retraído devido ao uso do elevador, então para o conforto do entrevistado decidimos ficar no hall da faculdade, um ambiente com um fluxo de pessoas, foi apresentado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e em seguida começamos o diálogo.

Foi possibilitado ao entrevistado buscar seu próprio entendimento acerca daquilo que desejou expressar como resposta, houve flexibilidade para modular os diálogos, senti que o artista estava nervoso e não conseguiu desenvolver tão bem as respostas. Ao terminar a entrevista, o artista relatou pelo WhatsApp, mais detalhadamente a sua história e citou o nervosismo que estava sentindo na entrevista.

Com o segundo artista, a entrevista foi realizada via google meet pois o artista mora em outro Estado. A falta do domínio de libras por parte da pesquisadora, conduziu para a contratação de um intérprete de libras, o qual intermediou a comunicação entre a ouvinte (pesquisadora) e a pessoa com deficiência auditiva, sucedendo a apresentação com o símbolo do nome na comunidade surda. O artista 2 estava confortável no ambiente online, dando a impressão que estava acostumado a conversar sobre o assunto, teve entusiasmo ao responder cada pergunta, conseguindo desenvolver bem as respostas e estava aberto a responder cada pergunta, no final da entrevista deixou claro a admiração pelo convite e relatou que seria esclarecedor esta temática para os surdos.

Oferecer este espaço de protagonismo aos sujeitos pesquisados foi um processo que exigiu uma escuta atenta, sensível, e uma observação rigorosa de seus gestos e comportamentos

como forma de entender aquilo que não era dito oralmente, principalmente quanto a qualquer desconforto, uma vez que é preciso levar em consideração o seu contexto. Esse processo exigiu uma retomada dos pressupostos teóricos como forma de estabelecer uma relação dinâmica entre teoria e prática.

Os instrumentos para coletas de dados foram: uma entrevista semiestruturada (apêndice 1), documentos nacionais adotados pela instituição investigada e registro escrito e audiovisual de todas as informações. Marconi e Lakatos (2003, p. 195), definem a entrevista como “[...] um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social [...]”.

O conteúdo do questionário está de acordo com o seguinte objetivo específico da pesquisa: Discutir os processos criativos e procedimentos de adaptação técnica, teórica e artística dos dois artistas com deficiência participantes da pesquisa. Os critérios de formulação das perguntas foram estabelecidos de acordo com as hipóteses formuladas na discussão teórica, as quais motivaram investigar na prática como a pessoa com deficiência inserido nesse contexto se percebe. Portanto, as perguntas partem do princípio de que o contexto social forneceria aspectos que poderiam auxiliar nas análises finais da pesquisa, entendendo que o corpo é constituído processualmente e nas trocas de informações com os ambientes por onde circula, e ainda, que a produção artística não é apartada da vida.

Por se tratar de um Estudo de Caso, a análise dos dados foi feita a partir da descrição das respostas fornecidas nas entrevistas e da observação direta e escuta atenta da pesquisadora, buscando desenvolver interlocução com o referencial teórico adotado nesta pesquisa. Esta análise tinha por finalidade expressar o conjunto das diferentes concepções dos artistas com deficiência, em relação ao processo de inclusão na Dança, relatadas pelos entrevistados.

Durante as análises das falas sentimos a necessidade de trazer para nossas discussões outras vivências, em nível nacional, como forma de complementar e dar maior ênfase ao problema levantado pela pesquisa. Assim trouxemos para essa pesquisa as falas do Artista Edu O, que é uma pessoa com deficiência, cadeirante, brasileiro renomado e professor de uma faculdade de Dança, portanto, reconhecendo a importância desse artista, foi inserido alguns trechos de suas entrevistas que estão disponíveis no Youtube, para amparar e provocar as reflexões finais dentro dos resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - O DESEMPENHO DA DANÇA NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MEIO ARTÍSTICO: AS VOZES DOS SUJEITOS

Como apontado pela discussão teórica da presente pesquisa, os preconceitos e discriminações a partir de concepções estereotipadas são produzidos social e historicamente, presentes em diferentes aspectos da vida coletiva. Por isso, entendemos que essa questão precisa ser discutida no âmbito dos Direitos Humanos fundamentais, para tanto, as discussões trazidas pelos relatos dos sujeitos pesquisados trazem uma abordagem geral de como a deficiência precisa ser valorizada para que sejam garantidas a acessibilidade à elementos fundamentais da vida cotidiana.

De acordo com Mazzotta; D'Antino, (2011, p. 386):

Sabe-se que quanto mais desconhecidas e supostamente distantes forem as condições individuais e sociais das pessoas com deficiência, maiores serão as possibilidades de instauração do medo nos relacionamentos interpessoais. A proximidade de uns com os outros e a sua interação viabilizam a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos.

Por isso, é relevante discutirmos as concepções dos sujeitos que vivenciam essa realidade. As questões, suas análises e discussões fluíram da seguinte forma.

A primeira indagação feita aos nossos pesquisados foi: Como os sujeitos se percebem dentro do seu contexto social a partir da Dança. Quando perguntado acerca de como sua atuação na dança está presente no seu relacionamento cotidiano em sociedade, com amigos, familiares, etc?

O Artista 1 descreveu sua relação com sua família e a dança, ressaltando que:

Sempre tive apoio de todo mundo, família, amigos, mas gostaria de destacar algumas pessoas que me apoiaram com mais intensidade, com mais força para chegar onde cheguei hoje, que foi minha mãe e meus amigos. A dança melhorou muita coisa na minha vida, melhorou de eu me relacionar mais com as pessoas. Eu era muito tímido, na minha, não chegava nas pessoas para conversar e com a dança isso mudou, agora eu consigo chegar nas pessoas para conversar e me enturmar. Inicialmente meu pai não me apoiou, com o tempo, ele foi vendo como eu gostava dessa área e eu chamava atenção pelo meu talento, então ele começou a me apoiar.

Como demonstrado pela fala do Artista 1 o apoio de sua família e dos seus amigos deram um apoio fundamental para o seu engajamento na Dança, não só nela como também na sua vida

social. Como afirma Barbosa, Balieiro e Pettengill (2012, p. 196) “Cuidar de famílias que experienciam seu viver com um filho com deficiência é fundamental para fortalecê-las no enfrentamento das adversidades provocadas pela situação de deficiência do filho e para a manutenção do funcionamento e interações familiares saudáveis”.

Essa questão foi ainda mais significativa para o Artista 2, pois segundo a sua fala:

Tenho usado muito as redes sociais com a dança, para encorajar outras pessoas surdas a dançar, mas antigamente quando eu era bem pequeno, minha família me incentivava, eu ia para o colégio, eu era surdo e tinha esse incentivo de aprender, primeiramente tive que aprender libras, minha língua de sinais que é minha L1 — libras como primeira língua. Minha família inteira, que são ouvintes, gostavam de ouvir música e eu sentia os movimentos, as vibrações e via eles dançando, uma cultura própria dos ouvintes, eu fui adquirindo esse gosto, ficava sentindo a música e queria fazer igual aqueles movimentos que eu via eles fazendo, mas eu tinha uma perspectiva diferente, o ouvinte ok aprender a dançar, pois ele ouvia a música, os movimentos era bem mais fáceis e eu queria reproduzir aquilo, como sou surdo eu precisava ser mais visual nos movimentos do corpo de como reproduzir aquilo.

Ele conta ainda que aos 14 anos guarda em sua memória a lembrança de um professor de teatro que o agradou bastante, pois o ensinaram algumas técnicas como, por exemplo: escutar um volume muito alto de música para realmente ter aquela percepção de como o movimento seria reproduzido. Também frequentava associações que o ajudavam na socialização e na construção de amizades.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o acesso aos direitos fundamentais, além de colocar as pessoas a salvo de toda forma de negligência e discriminação, assegurando a acessibilidade de todos. Mais ainda, afirma que o Estado obedecerá ao preceito de facilitar o “acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos [...]” (art. 227, § 1º, II). Essa diretriz vigente embasa-se na ideia de que é responsabilidade de todos, não só da família, do Estado ou das instituições, e sim do conjunto enquanto sociedade proporcionar o acesso aos direitos fundamentais.

Outra questão latente da pesquisa foi saber o que motivou sua escolha para atuar na dança? Ao analisarmos as respostas foi possível chegar as seguintes conclusões: Para o Artista 1 sua motivação foi sobretudo o desejo de superar suas próprias limitações condicionadas por sua deficiência física:

Antes de começar a praticar a dança, eu tinha um pensamento de que era visto como um cadeirante que não podia praticar esportes, dançar, entre outras coisas, depois que eu comecei a praticar a dança, eu mudei completamente esse pensamento. As pessoas do projeto que participo começaram a me incentivar a participar e, então surgiu a

minha paixão pela dança, foi o ponto crucial de surgir o sonho de entrar na faculdade de dança (ARTSTA 1).

O artista 1 fez um relato detalhado do seu primeiro contato com a Dança: “Tudo começou em 2015, eu tinha 10 anos e já estava há 1 ano usando a cadeira de rodas. Para não ficar parado, minha mãe me colocou para fazer atividade motora em um projeto de atividade motora e esporte da Universidade Federal do Amazonas – UFAM”.

E com um mês participando da atividade motora, a professora Lionela (professora coordenadora do Prodagin)¹ veio na minha direção e me perguntou: "Você quer participar da dança?" Na hora eu disse não, mas com muito incentivo da minha mãe e da minha irmã mais velha, eu resolvi experimentar. Quando eu entrei, meu pensamento mudou completamente, pois pensava que cadeirante não podia dançar. São oito anos fazendo arte que adoro demais, amo de paixão. E ao logo desses oito anos aprendi muita coisa, aprendi a dançar tango, forró, salsa, boi, carimbó entre outros estilos de danças.

De acordo com o Artista 2 a sua motivação foi a sua percepção com relação ao papel da dança: “a dança é uma profissão que exige muito tempo de estudo para adquirir muito conhecimento, é uma coisa de alma mesmo que é necessário se dedicar” E, ressalta também a importância do apoio externo, principalmente por ele ser surdo.

A questão da motivação nos fez investigar qual a maior dificuldade encontrada por eles para desenvolver a dança? O artista 1 apontou, entre outros, a acessibilidade estrutural como maior entrave, mais ainda:

A acessibilidade estrutural é a maior dificuldade, o prédio que irei fazer a faculdade, não é 100% adaptado, as portas da sala de dança são estreitas e a do banheiro também, no dia que eu fui fazer a prova para o vestibular da UEA, eu vim com uma cadeira esportiva e não passou na sala de dança que eu fui fazer a prova, tiveram que me passar para uma cadeira normal e desmontar a cadeira esportiva e também não consegui fazer minhas necessidades no banheiro, pois não tem banheiro para PCD (ARTISTA1).²

A resposta do Artista 2 quanto a maior dificuldade encontrado por ele para desenvolver a dança, se deu da seguinte forma:

Então eu sempre tive muitas dúvidas, pois eu pensava que a comunidade ouvinte é muito fácil ser influenciado por música. Essa adaptação dos ritmos, eu via que não combinava muito comigo, até que eu fui para o curso próprio que tinha uma certa

¹ PRODAGIN ((Programa de dança e atividades circenses e ginástica)

² De acordo com a coordenação do Curso de Dança da UEA, foi aprovado, após o resultado final do vestibular da UEA 2022 para integração em 2023, um projeto de reestruturação para adaptação das salas de dança, banheiro e áreas comuns para receber pessoas com deficiência.

inclusão, foi quando eu vi que as pessoas ouvintes ficavam me olhando, pensando como um surdo tem coragem de se impor na dança, foi quando as pessoas começaram a se relacionar comigo e algumas não aceitavam. Em um local próprio de dança chamado Life, foi nesse local que eu entrei pela primeira vez e fui adquirindo vários conhecimentos e sempre tendo aquele compartilhamento de experiências com as pessoas e começavam a olhar o meu desenvolvimento com o passar do tempo na dança e foi algo muito gratificante para mim, pois no começo foi muito difícil.

Como destaca Mazzotta e D’Antino (2011) a nossa sociedade está impregnada nas dimensões ideológica e comportamental da cultura, concepções marcadas historicamente por desqualificação das pessoas com deficiência, causando sua desvalorização como sujeitos sociais. Essa realidade requer uma efetivação de atitudes e ações que promovam a superação de tais ideologias, permitindo a construção de uma sociedade que inclui e integra.

O artista 1 destacou os seguintes aspectos positivos trazidos pela dança:

Os aspectos positivos foram que a dança fez com que eu perdesse a timidez de dançar em público. Melhorou meu relacionamento com as pessoas, me fez querer mostrar para as pessoas que sim, eu sou capaz de dançar, não só eu, como outras pessoas que estão na mesma situação também são capazes, de inspirar essas pessoas. Realizei o sonho de dançar no teatro Amazonas (ARTISTA 1).

Já o artista 2 tem a seguinte percepção acerca dos aspectos positivos da dança: “Eu percebo que algumas vezes as pessoas podem ter uma mente um pouco fechada, mas a dança tem características principais para o surdo que é a visualidade do movimento, o ritmo que é necessário pegar e as nossas expressões não manuais, as expressões corporais e expressões faciais”.

Foi indagado aos participantes da pesquisa: como uma pessoa com deficiência para atuar na dança deveria ser capacitado para exercer com êxito essa função? O Artista 1 destaca que o importante não é a capacitação de habilidades e competências que importa de verdade e sim, a concepção das pessoas em relação a deficiência, pois “Já aconteceu de me olharem com um olhar diferente sim, mas me julgar dizendo que eu não posso decidir por mim ou algo do tipo, não”. Portanto, para o Artista 1 a capacidade de se fazer algo está na concepção de cada um e, não necessariamente na sua capacidade física, a partir de uma concepção estereotipada.

O Artista 2 faz o seguinte relato ao abordar essa questão:

Em minhas redes sociais, alguns surdos vêm me perguntar como é que um surdo pode ser capaz de fazer isso, de dançar, de se impor, para esse espaço na dança? Eu sempre falo para eles para praticarem em casa e também convidarem alguns amigos ouvintes para ver as coreografias e organizem coreografias fáceis e gravem vocês dançando e depois assistam, percebendo onde vocês podem melhorar e ver se esses movimentos estão bem parecidos com uma pessoa ouvinte, pois uma pessoa com deficiência sente

a emoção, o surdo sente essa emoção, quando tá fazendo algo que na cabeça dele era impossível. Então a motivação é a capacitação principal que eu acho que a pessoa com deficiência deve ter, pois é difícil e, muitas pessoas pensam que o surdo não vai ter interesse ou capacidade para isso, porém é algo possível.

É muito comum algumas pessoas conceberem a pessoa com deficiência como alguém incapaz desempenhar certas tarefas sociais, mais que isso “historicamente, as pessoas que apresentam diferenças muito acentuadas em relação à maioria das pessoas constituem-se alvo das mais diversas estratégias de violência simbólica” (MAZZOTTO; D’ANTINO, 2011, p. 379), e, essa violência simbólica se exterioriza nos comportamentos das pessoas ou de grupos e nos recursos materiais.

Essa realidade ainda é recorrente na contemporaneidade, sendo imputado à pessoa como deficiência buscar por sim mesmo a superação dos desafios físicos e simbólicos presentes em seu entorno social. Então lhes foi perguntado de que forma reagem e agem diante dos desafios artísticos?

O Artista 1 respondeu: “Quando eu enfrento as dificuldades eu fico feliz por ter passado por tudo e conseguido realizar meus sonhos. Os desafios me motivam a continuar, em algum momento me deixou triste, mas nunca me desanimou totalmente”. Destacou também que é um bailarino independente, isso porque, além de dançar pelo PRODAGIN, também faz apresentação solo representando seu nome artístico. Nesse contexto vale ressaltar a fala do Edu O primeiro professor com deficiência, cadeirante da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia- UFBA, em concurso público que nos traz a ideia de deficiência pela concepção histórico-social, entendendo-os como seres complexos e secular cuja história se atualiza e se modifica.

A música e a dança sempre estiveram presentes em sua vida, tendo como referências e motivadores outros artistas com deficiência. Edu O. afirma que a dança o abraçou, pois foi através dela que teve a oportunidade de apresentar sua veia artística e sua grande capacidade em diversas regiões do Brasil e do mundo. Teve poliomielite ainda criança, nascido no Nordeste, só ganhou a sua primeira cadeira de rodas, aos 18 anos. Se alfabetizou com cinco anos de idade, e há cada ano se destacava como melhor aluno da sala. Manteve relações afetivas e vínculos amigáveis ao longo do seu processo acadêmico.

Apesar da deficiência sempre entendeu o seu potencial, entendendo a deficiência “marcador que esta em todas as categorias de corpos de todos”, ou seja, todos podem vir a ter uma deficiência. Enfatiza as faltas de políticas públicas de promoção à cultura, entretanto, hoje

há uma maior visibilidade desses sujeitos, uma vez que suas falas têm ganhado um espaço maior, com maior representatividade. Portanto, “a dança pode se beneficiar dessa construção do conhecimento que a deficiência produz, ou seja, as tecnologias assistivas não serem só uma ferramenta que fique no canto, mas que ela faça parte da criação [...]”.

O Artista 2 exemplificou alguns desafios:

Acontecem alguns desafios, por exemplo, eu já fui desafiado por ouvintes quando eu era criança e ficavam duvidando da minha capacidade, mas ficavam falando: Ah é brincadeira, eu só estou te convidando para ser educado e para ver se você consegue. Eu ficava vendo as redes sociais os vídeos de batalhas de dança que os ouvintes faziam, e eu ficava pensando que ouvinte me desafiando para isso, pensando se ele vai fazer passar vergonha. O principal desafio que eu percebo na área é a interatividade com professor com aluno, da inclusão do aluno surdo de uma área que é majoritariamente de ouvinte, mas aí com essa inclusão que começa, a gente começa a trocar nossos comportamentos e começa até essa troca do ouvinte aprendendo libras e ensinando o movimento. Muita inspiração acontece quando o professor se sente motivado.

Segundo Carvalho (2011, p. 17), “a igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas como seres que pensam, sentem e apresentam necessidades variadas e que, por direito de cidadania devem ser compreendidas e valorizadas [...]”. Assim mesmo diante dessa realidade, o Artista 2, destacou que hoje, é um artista independente a partir da sua inserção na Dança, e que serve de inspiração para outros jovens, como destacado no trecho de sua fala:

Sou independente hoje em dia, tenho uma vida muito independente na dança, pois eu já estou crescendo e evoluído. Quanto a isso quando eu era novo, eu tive que lutar muito contra isso em relação a depender de outras pessoas, foi bem difícil crescer na área e hoje em dia eu inspiro vários jovens, motivo vários jovens surdos falo que eles são capazes e que é muito possível aprender dança, de vez em quando eu vou em um local, lá é tipo uma escola de dança, é um mini curso e às vezes eu participo do mini curso gratuito inclusivo e em breve vai estar começando novas turmas, já estão organizando e eu estou torcendo por isso. Essas são minhas duas formas de trabalhar (ARTISTA 2).

Dessa forma, podemos considerar que “promover acessibilidade não é escolher o melhor assento, isolar a pessoa em um canto específico, é acolhê-la em sua singularidade, respeitando seus desejos. É oportunizar sua participação ativa na vida social em nível de igualdade com as demais pessoas” (RIBEIRO; CARMO, 2021, p. 1522). Nessa direção, ao serem entrevistados sobre se têm uma rede de apoio para lidar com as dificuldades atitudinais ou estruturais encontradas

nos espaços de dança que você participa? Foi possível fazer as seguintes ponderações. O Artista 1 deu a seguinte resposta:

A rede de apoio é minha mãe, que sempre corre atrás dos meus direitos, ela me apoia desde o início em cada situação ela me ajuda. Me sinto triste em muitos lugares por não terem acessibilidade estrutural, na minha visão aqui no caso, por ser um prédio público do estado, então deveria ser 100 por cento acessível.

Essa fala também nos remete à citação feita pela Carta para o Terceiro Milênio, 1999, a qual afirma que no século XXI, nós precisamos estender este acesso – que poucos têm – para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais, eletrônicas e atitudinais que se antepõem à plena inclusão deles na vida comunitária, isso se estende para todas as pessoas.

Na concepção do Artista 2: “Hoje em dia minha rede de apoio são meus amigos surdos que vão locais comigo. As vezes eu consigo intérprete de libras para ir junto para fazer essa comunicação”. Vale destacar que de acordo com a Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais – Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e que outros recursos de expressão podem ser a ela associados.

Em seu Parágrafo único, afirma: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002) .

Ao analisarmos as falas acerca das expectativas que a dança trouxe para sua vida? O Artista 1 respondeu “Eu espero me tornar um bom profissional na área e quero futuramente fazer parte de alguma companhia de dança (Corpo de Dança no Amazonas ou Balé Folclórico)”. Já o Artista 2 explicou que:

Eu quero futuramente criar um local próprio de dança para surdos. E também quem sabe um local próprio para ensinar vários tipos de dança! Eu uso muitas redes sociais, esse é meu principal meio de motivação. Então eu poder influenciar outras pessoas a isso e eu sempre falo que é igual libras, sempre falo que tudo é possível

Para Mazzotta e D’Antino (2011, p. 386), “Uma das preocupações marcantes de muitos dos atuais movimentos pró-inclusão se inscreve, justamente, na questão do respeito às diferenças, sejam elas étnicas, culturais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras, e suas repercussões na cotidianidade do cenário social brasileiro”.

Contudo, a construção artística (pessoas com deficiência e sem deficiência) é feita a partir de uma visão estereotipada da deficiência, sendo fundamental pesquisar sobre os

potenciais das próprias deficiências, uma vez que, há inúmeras pesquisas que trazem as falas das pessoas com deficiência, promovendo um espaço possível, uma vez que representa a realidade que indicam novas narrativas para a desierarquização entre corpos e saberes na dança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, ao observar as contribuições desta linguagem artística no processo de inclusão destas pessoas, nos foi proporcionada uma concepção vertical da experiência do corpo. Nesse sentido, com o objetivo de tornar visível uma possível forma de realização, a proposta da inclusão social precisa ser vista como um dever assumido pelo Estado em parceria com a sociedade civil para que em bases democráticas possa ser planejada e administrada de forma plena a partir de propostas que visem a acessibilidade com espaços que tornem possíveis e visíveis todas as potencialidades dos sujeitos.

A inclusão implica num novo olhar para a sociedade que conhecemos e que, muitas vezes, é insistentemente seletiva, assim, para promovê-la é necessário integrar em seu sentido amplo, uma vez que, a inclusão, se dirige a todos de forma a não negligenciar a promoção de desenvolvimento, que leve em consideração as suas próprias dificuldades. Dessa forma, a pesquisa apontou que para atender as necessidades e potencialidades das pessoas com Deficiência é preciso que se tenha uma abordagem biopsicossocial, a qual compreende as dimensões biológica, psicológica e social do indivíduo.

Sob essa ótica, a inclusão possibilita maior equidade e abre horizontes para o desenvolvimento de sociedades representativas, sensíveis diante da “minoria”. Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas. Uma mudança capaz de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade em prol dos indivíduos ou grupos.

Nessa perspectiva, as discussões da Dança como ferramenta potencializadora do desenvolvimento humano, reforça a necessidade da participação das pessoas com deficiência em projetos sociais e culturais. Tais discussões permitem um debate que busca viabilizar o artista da dança, promovendo a acessibilidade, diante da complexidade de ações e entendimentos necessários para a sua promoção.

Mais ainda, todo profissional de qualquer área do conhecimento tem como finalidade basilar a formação humana integral, ou seja, a vida social/sociável depende da formação pautada na democracia e na solidariedade respaldada no respeito ao direito do outro, portanto, o não cumprimento desse objetivo acarreta prejuízos relevantes para a vida em sociedade.

As análises das narrativas dos artistas apontam para a desconstrução da ideia limitante das deficiências, entretanto, trata-se de uma construção difícil, onde as barreiras da acessibilidade estão presentes em todos os setores da vida. Além disso, deparam-se com as

concepções estereotipadas e hierárquicas do que seria o “corpo que serve para a dança”. E que muitas, vezes, ainda que se tenha o apoio familiar, esta caminhada é longa e cheia de barreiras.

A investigação apontou que a Dança se apresenta como uma linguagem artística importante na inclusão desses artistas, através de autonomia no processo de criação alcançando a diversidade de corpos. Mais ainda é urgente buscar conhecimentos sobre a deficiência, reforçando a ideia de que ela não o incapacita e, sim, exige o trabalho em outras áreas de conhecimento. Por isso, compreendemos a necessidade de estabelecer essa relação – Dança e inclusão – considerando a inclusão como um instrumento de oportunidade para a socialização e desenvolvimento, que deve ser praticada em todas as áreas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Angélica Marcheti; BALIEIRO, Maria Magda Ferreira Gomes; PETTENGILL, Myriam Aparecida Mandetta. Cuidado Centrado da Família no Contexto da Criança com Deficiência e Sua Família: Uma Análise Reflexiva. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2012 Jan-Mar; 21(1): 194-199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/6Hy9kL3tNsSCGFbgxwDzzXy/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 mar 2023.

BRASIL, lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL, LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 mar 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 04 fev. 2023.

BRASIL, MEC - Ministério de Educação - Secretaria de Educação Especial -Política Nacional de educação especial, Brasília MEC - SEEDSP 1994.

BRASIL, Ministério da Justiça - Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais - Brasília, 1997.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARNEIRO, Moacir Alves. *Leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. *A nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva com os Pingos nos "is"*. 8ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. - 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

DURKHEIM, Êmile. **Da divisão do trabalho social**, Trad. de Carlos Brandão, 2 ed.: São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EDU O, Centro Cultural Grande Bom Jardim. Masterclass de dança: Aula-show com Edu O. YouTube, 26 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com › watch>.

FERREIRA, Vanja. **Dança Escolar: um novo ritmo para educação física**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

FERST, Marklea da Cunha. *Modelo Universal de mensuração da efetividade de políticas públicas em turismo acessível (tese de Doutorado- UEA/UNIVALI) Balneário Camboriú, SC, 2020.*

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAAS, Aline; GARCIA, Angela. **Ritmo e Dança**. Canoas: Ulbra, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População residente por tipo de deficiência permanente, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/23612>. Acesso em: 18 ago 2022.

LABAN, R. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990

LEVY, Tatiana. *Trazendo a Dança para a educação infantil. Monografia de Especialização*. Rio de Janeiro, PUC- Rio, Departamento de Educação, 1998, mimeo

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública**. Editora: Edua, Manaus, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. Scipione, 1989.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva. Fundamentos de metodologia científica- 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D' ANTINO, Maria Eloísa Fama. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFs5H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida.** 2º Ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1989.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 3.ed. SP: UNESCO, 2001.

MOREIRA, Lima. Deficiência intelectual: conceitos e causas. In: **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual** [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 35-41. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 12 ago. 2022.

NANNI, Dionisia. A Dança como veículo de expressão e comunicação: uma visão holística. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Rio de Janeiro, v 3, p.41-45, 1989. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/75/92>. Acesso em: 21 maio 2022.

NOGUEIRA, Giovani Cavalheiro; SCHOELLER, Soraia Dornelles; RAMOS, Flávia Regina de Souza; PADILHA, Maria Itayra; BREHMER, Laura Cavalcanti de Farias; MARQUES, Ana Maria Fernandes Borges. Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas: a distância entre intenções e gestos. **Ciênc. saúde colet.** 21 (10) Out 2016, pp.3141-3142. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n10/3131-3142>. Acesso em: 18 ago 2022.

PADILHA- MUNÓZ. Andrea. Discapacidad: contexto, concepto y modelos. *International Law, Revista Colombiana de Derecho Internacional*, 381-414 (2010). Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/internationallaw/article/view/13843>. Acesso em: 09 fev. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Natalia Pinto da Rocha; CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. A arte é para quem? acessibilizá-la e acessibilizar-nos. In: ANAIS DO VI CONGRESSO DA ANDA , 2021, Salvador. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em:

<https://proceedings.science/anda/anda-2021/papers/a-arte-e-para-quem--acessibiliza-la-e-acessibilizar-nos> Acesso em: 01 set. 2022.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. (Artigo científico) Paracambi 2007. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 21 maio 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petropolis, R.J.: Vozes, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.Ed.rev. e atualizada. São Paulo: Ed Cortez, 2007.

SANTOS, Renata Ferreira dos; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; ROBLE, Odilon José, Dança para pessoas com deficiência: um possível elemento de transformação pessoal e social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte** [online]. 2019, v. 41, n. 3, pp. 271-276. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.029>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002, pp. 6-9.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes: Rio de Janeiro. 2002.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APENDICE

APÊNDICE

Apêndice 01 – Roteiro da entrevista aplicada aos profissionais da Dança com deficiência

IDENTIFICAÇÃO

A- Nome:

B- Sexo:

C- Tempo de atuação na dança:

C- Tipo de deficiência:

1) Como sua atuação na dança está presente no seu relacionamento cotidiano em sociedade, com amigos, familiares, etc?

2) O que motivou sua escolha para atuar com a dança?

3) Para você qual a maior dificuldade encontrada para desenvolver a dança? E quais aspectos positivos você destacaria?

4) Em sua opinião, como uma pessoa com deficiência para atuar na dança deveria ser capacitado para exercer com êxito essa função?

5) De que forma você reage e age diante dos desafios artísticos?

6) Você tem uma rede de apoio para lidar com as dificuldades atitudinais ou estruturais encontradas nos espaços de dança que você participa?

7) Quais expectativas que a dança trouxe para sua vida?

Fonte: Própria autora (2023)

**Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Artes e Turismo
Curso de Dança**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Bacharelado em Dança, sob a responsabilidade do pesquisador _____ que pretende estudar _____.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de um roteiro de entrevista como um diálogo dirigido, e passará, primeiramente, por transcrição literal e, em seguida, os dados relevantes passarão por um processo de textualização para fins de estudos, pesquisas e publicações.

Porém, ressalta-se que estas informações serão tratadas com sigilo e o devido rigor científico. Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa os informantes terão a liberdade de optar pela desistência ou sugestão de mudanças na investigação. Será publicada nota de esclarecimento em mídias digitais ou impressas. Se você aceitar participar, contribuirá para a elaboração do referido Trabalho de Conclusão de Curso.

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Ressaltamos que pretendemos elaborar publicações sobre os resultados alcançados na pesquisa para serem apresentadas e discutidas em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço _____, ou poderá entrar em contato também no endereço da Escola Superior de Artes e Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas, na Av. Leonardo Malcher nº 1728, Praça 14 de janeiro, Cep 69010-170, Manaus-Am.

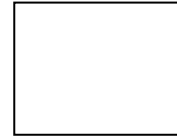
CONSENTIMENTO

Eu, _____, li, tomei conhecimento, entendi os aspectos da pesquisa e, voluntariamente, concordo em participar do estudo, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, cedendo as informações disponibilizadas no processo de criação sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem, nome e dados biográficos revelados, além de todo e qualquer material entre fotografias e documentos por mim apresentados. Estou ciente de que não vou ganhar nada e que posso sair antes ou depois da coleta de dados.

Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável